

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL



**DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS
DECLARAÇÃO DO CONTADOR
ANEXOS**

**UG 050001
JANEIRO DE 2020**

Balanço Patrimonial

	NE	JAN20	DEZ19
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalente de Caixa	01	273.291.719,15	186.102.972,44
Demais Créd. e Val.- CP	02	36.124.388,59	20.002.904,02
Estoques	03	4.161.382,41	3.829.248,25
VPDs Pagas Antecip.		35.599,99	41.774,99
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a LP		570.741,78	570.741,78
Demais Créd.Valores a LP	02	570.741,78	570.741,78
Imobilizado	04	369.415.858,36	359.597.041,30
Bens Móveis		58.252.106,87	57.443.553,67
Bens Móveis		82.634.392,93	81.002.190,98
(-) Depreciação		-24.382.286,06	-23.558.637,31
Bens Imóveis		311.163.751,49	302.153.487,63
Bens Imóveis		311.412.628,59	302.402.082,14
(-) Depreciação		-248.877,10	-248.594,51
Intangível	05	34.543.710,91	34.463.710,91
Softwares		34.543.710,91	34.463.710,91
TOTAL DO ATIVO		718.143.401,19	604.608.393,69
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	06	78.915.855,10	77.403.010,69
Fornec. e Contas a Pagar - CP		1.351.251,13	2.180,36
Provisões a Curto Prazo	06	36.847.092,27	50.945.969,00
Demais Obrigações a CP		92.301.163,19	93.175.654,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP		3.499,16	33.542,35
Provisões a Longo Prazo	07	1.844.396,99	1.702.146,96
TOTAL DO PASSIVO		211.263.257,84	223.262.503,36
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Resultado Acumulados		506.880.143,35	381.345.890,33
Resultado do Exercício		119.281.114,36	-131.979.881,26
Result. de Exerc. Anteriores		381.345.890,33	479.835.131,80
Ajustes de Exerc. Anteriores		6.253.138,66	33.490.639,79
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		506.880.143,35	381.345.890,33
TOTAL DE PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		718.143.401,19	604.608.393,69

DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS

	NE	JAN20	DEZ19
1.SALDO PATRIMONIAL			
Ativo Financeiro + Ativo Permanente		718.143.401,19	604.608.393,69
Passivo Financeiro + Passivo Permanente		(1.373.803.622,36)	(283.866.295,57)
TOTAL	08	(655.660.221,17)	320.742.098,12
2 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS			
Garantias/Contrag. Rec.a Exec		13.498.048,45	13.985.926,68
Dir.Conv/Instr/Cong. a Rec.		-	-
TOTAL	09	13.498.048,45	13.985.926,68
3 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS			
Exec. dos Atos Potenciais		291.331.058,80	249.965.839,63
Ob. Conv./Out/Inst. Cong.a Lib.		2.835.096,30	2.853.789,80
Obrig. Contratuais a Exec.		288.495.962,50	247.112.049,83
TOTAL	10	291.331.058,80	249.965.839,63
4.DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
Destinação de Recursos			SUPERVIT
Recursos Ordinários			-587.690.287,78
Recursos Vinculados			-306.945.781,42
TOTAL	11		-894.636.069,20

ANÁLISES DO BALANÇO PATRIMONIAL - BP

CONCEITOS

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução de 2020 em relação a dezembro de 2019. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira desta Corte. O presente demonstrativo tem seus valores apresentados em moeda nacional e seu layout sofreu alterações em relação ao documento original extraído do Sistema SIAFI.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BP

▪ Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central - BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

▪ Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original e suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculados por meio do aplicativo 'Sistema de Débito' disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União - TCU.

▪ Estoques

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

▪ Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio e cuja atualização monetária e incidência de juros de mora é calculado pelo 'Sistema de Débito', ora informado, constante sítio web do Tribunal de Contas da União. A Portaria/MF nº 75/2012 noticia que créditos dessa natureza inferiores a R\$ 1.000,00 (um mil reais) não serão inscritos em dívida ativa, logo, foram constituídos ajustes para eventuais perdas quando frustradas as todas as medidas de ressarcimento ao erário.

▪ Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis cujos saldos são registrados com base no valor de aquisição, doação, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, esses ativos estão sujeitos à depreciação mensal e eventuais avaliações (redução ao valor recuperável ou reavaliação). Os gastos posteriores que aumentem a vida útil dos referidos bens patrimoniais são posteriormente incorporados aos mesmos. O gerenciamento dos inventários patrimoniais desta Corte é executado por sistema informatizado próprio, ora denominado Sistema Administra, no qual são executados, entre outras rotinas, os cálculos de depreciações, amortização (em se tratando de softwares) e avaliações dos referidos bens.

- **Intangíveis**

Os bens incorpóreos deste Tribunal são os softwares destinados à manutenção das atividades jurisdicionais do STJ, sendo estes mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de desenvolvimento, deduzido do seu valor contábil a cota de amortização quando se referirem a bens com vida útil definida.

- **Depreciação de bens móveis e imóveis e amortização de intangíveis**

A base de cálculo para a depreciação de bens móveis e a amortização de intangíveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. A depreciação dos bens móveis ocorre a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de seu tombamento, tendo como método de cálculo o das quotas constantes. Constam no anexo III da Instrução Normativa STJ/GP n. 20 de 22 de novembro de 2019 as fórmulas utilizadas para os cálculos da depreciação, da amortização e da avaliação de bens desta Corte.

- **Cálculo da depreciação dos bens imóveis**

É realizado pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, gerenciado pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, em atendimento à Instrução Normativa SPU nº 1, de 02.12.2014 em complemento com a Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014. Os lançamentos de depreciação de imóveis são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, pela CCONT/STN;

- **Saldo Patrimonial**

É a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente) formado pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior mas ainda não liquidados no exercício corrente.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas “Demais Contas – Caixa Econômica Federal/CEF” e “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”. O primeiro registra as cauções recebidas e enquadradas como depósitos restituíveis (ativos financeiros de natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias) sendo suas rentabilidades acompanhadas por meio do processo STJ nº 4455/2020; já o Limite de Saque representa os recursos financeiros disponíveis ao STJ e estão distribuídos por fontes e vinculações nos termos informados no Anexo I. A fonte 100 equivale a cerca de 87,63% das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantida com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais desta Corte, sem contrapartida.

NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Os créditos a receber de terceiros no curto e longo prazo são demonstrados na tabela a seguir, constando no processo STJ nº 6442/2015 o detalhamento daqueles relacionados com danos ao erário e suas respectivas atualizações monetárias.

CONTAS	JANEIRO/20	DEZEMBRO/19	AH(%)
Créditos a receber por cessão de pessoal	R\$ 1.334,59	R\$ 6.774,40	-80,30%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	R\$ 18.693,50	-	100,00%
Créditos por dano ao patrimônio	R\$ 115.817,36	R\$ 115.817,36	0,00%
Créditos por danos à folha de pagamento	R\$ 575.284,98	R\$ 575.284,98	0,00%
TOTAL	R\$ 711.130,43	R\$ 697.876,74	1,89%

NOTA 03 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almoxarifado- RMA, até janeiro, registrou entradas de material de consumo no total R\$ 1.040.143,61, saídas de R\$ 708.009,45 e saldo final de estoque no montante de R\$ 4.161.382,41. A aquisição nesse período de Material Elétrico-Eletrônico(40,99%) justifica também o aumento de 8,67% dos estoques do almoxarifado do STJ em relação ao seu saldo de encerramento de 2019. Eventuais divergências entre valores registrados no SIAFI e aqueles apresentados no RMA estão justificados no processo STJ nº 1956/2020, constando no Anexo II a relação detalhada de cada item de material de consumo adquirido em 2020 e sua respectiva variação unitária em relação ao saldo final de estoque de 2019

NOTA 04 – IMOBILIZADO

BENS MÓVEIS

O Relatório de Movimentação de Bens – RMB registrou até o findo deste mês R\$ 781.121,44 de entradas orçamentárias e extra orçamentárias e/ou reavaliações. Já as saídas de itens patrimoniais por doação, baixa por depreciação e redução a valor recuperável, no mesmo período, totalizaram R\$ 173.955,44 e o estoque patrimonial finalizou **janeiro** com o montante de R\$ 74.669.330,72. O aumento de 0,82% dos estoques de bens móveis do STJ em relação ao seu saldo de encerramento de 2019 foi impactado principalmente pela aquisição de “Veículos de Tração Mecânica” (5,08%) e Mobiliário Geral (1,41%). O contrato STJ nº 106/2013 foi executado parcialmente gerando divergência de saldos da conta 12311.01.02 entre o SIAFI e o relatório RMB no total de R\$ 3.161.397,75 e sua conclusão, aguarda posicionamento final nas esferas administrativas e judiciais. Demais divergências entre valores registrados no SIAFI e aqueles apresentados no referido relatório estão justificados no processo STJ nº 1956/2020, constando no Anexo III a relação detalhada de cada grupo de bens móveis adquiridos ou não em 2020 e sua respectiva variação unitária em relação ao saldo final do inventário patrimonial de 2019.

BENS IMÓVEIS

Os bens imóveis desta Corte foram avaliados em janeiro deste exercício, em atendimento ao Art. 4º, §1º da Instrução Normativa STJ nº 16/2015 (processo STJ nº 6420/2015) e seus saldos patrimoniais foram ajustados em 3,28% em conformidade com os comandos da Lei 6.436/2019-GDF, de 20 de dezembro de 2019. A descrição completa dos referidos imóveis consta no Anexo IV.

NOTA 05 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

A conta de intangível, representado pelos softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por este Órgão, finalizou janeiro com o saldo R\$ 34.543.710,91. Em relação ao saldo de encerramento de 2019, que foi de R\$ 34.463.710,91, concluindo que houve investimentos nesse grupo patrimonial até a presente data na ordem de 0,23%.

NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

Em atenção à Lei Orçamentária de 2020 e às instruções nos processos STJ nº 18.218/2019 e STJ nº 38.566/2019, foram registrados no encerramento do exercício anterior os seguintes passivos judiciais: a) precatórios de pessoal – R\$ 40.363.763,19; b) precatórios de benefícios previdenciários – R\$ 37.039.247,50 e c) Precatórios de Terceiro – R\$ 88.414.225,50. **Em janeiro**, não houve movimentação nas referidas contas.

PROVISÕES A CURTO PRAZO

Semelhante ao informado no item anterior, registrou-se no encerramento de 2019 o total de R\$ 50.945.696,00 na conta provisão para indenizações trabalhistas para pagamento de débitos judiciais relacionados com requisições de pequeno valor (RPV), também previstos na Lei Orçamentária de 2020 e devidamente instruídos conforme trâmites nos processos STJ nº 18218/2019 e STJ nº 38566/2019.

O provisionamento inicial de RPV, acima informado, foi reduzido R\$ 6.063.015,00 conforme orientações do Ofício Circular nº 48/2020-ME e o saldo da conta passou a ser de R\$ 44.882.954,00. Em **janeiro**, houve pagamentos de RPVs no total de R\$ 8.035.861,73 reduzindo o saldo deste passivo para R\$ 36.847.092,27.

NOTA 07 - PROVISÕES DE LONGO PRAZO

Em conformidade com as normas de encerramento de exercício, foram constituídas provisões para perdas administrativas no valor R\$ 1.810.854,64 (CPF: 061.233.991-28), R\$ 13.579,23 (CPF: 549.151.987-15) e R\$ 19.963,12 (CPF: 660.522.209-10) tendo em vista procedimentos administrativos internos não finalizados para a liquidação das referidas despesas (STJ nº 29.940/2015).

NOTA 08 – SALDO PATRIMONIAL

No mês em análise, o saldo encontra-se deficitário em R\$ 655.660.221,17 indicando que a soma dos passivos a pagar com os compromissos inscritos em RPs é maior que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações. Esta situação será normalizada até o encerramento do exercício no momento em que a Secretaria do Tesouro Nacional disponibilizar a totalidade das cotas necessárias para a liquidação dos compromissos assumidos.

NOTA 09 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Os saldos potenciais ativos dizem respeito às garantias colocadas à disposição deste Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. Consta o saldo de R\$ 13.498.048,45 até o final de **janeiro**, sendo assim distribuídos: R\$ 12.944.154,23 (95,90%) – Seguros Garantias, R\$ 449.576,30 (3,33%) – Fianças e R\$ 104.317,92 (0,77%) – Cauções.

NOTA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos estão relacionados com os Termos de Execução Descentralizada (TED's) e os contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços. Até o presente mês, foram repassados por meio de TEDs R\$ 384.148,93, estando pendentes de comprovação o montante de R\$ 18.693,50 e ficando o total de R\$ 2.835.096,30 a serem repassados, informações estas detalhadas no Anexo V. Em relação aos diversos contratos firmados pelo STJ, estes alcançaram até a presente data o valor de R\$ 300.393.567,91, sendo assim distribuídos R\$ 267.667.996,00 de serviços; R\$ 389.218,72 de aluguéis; R\$ 32.303.666,13 de fornecimento de bens; e R\$ 32.687,06 de seguros.

NOTA 11 – SUPERÁVIT FINANCEIRO

Justificativa semelhante à informada na 'Nota 08'

Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	JAN20 (R\$)	JAN19 (R\$)
Taxas		2.534.536,93	1.928.179,87
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		109.437,47	314.990,43
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	5,55
Juros e Encargos de Mora		-	5,55
Transferências e Delegações Recebidas		241.779.996,76	204.581.725,47
Transferências Intragovernamentais		241.775.408,86	204.581.725,47
Outras Transferências e Delegações Recebidas		4.587,90	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		9.000.763,83	174.273,58
Reavaliação de Ativos		8.949.792,89	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		50.970,94	174.273,56
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	0,02
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		348.837,63	259.618,70
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		348.837,63	259.618,70
TOTAL	12	253.773.572,62	207.258.793,60

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	JAN20 (R\$)	JAN19 (R\$)
Pessoal e Encargos		81.538.558,49	82.573.560,89
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		31.842.641,75	30.647.621,55
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		12.581.641,89	3.910.115,72
Transferências e Delegações Concedidas		8.161.811,89	7.530.635,01
Transferências Intragovernamentais		8.085.183,49	7.522.306,90
Outras Transferências e Delegações Concedidas		76.628,40	8.328,11
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		43.657,38	128.113,64
Perdas Involuntárias		1.947,60	-
Incorporação de Passivos		-	54.921,62
Desincorporação de Ativos		41.709,78	73.192,02
Tributárias		2.327,67	4.357,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	874,80
Contribuições		2.327,67	3.482,71
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		321.819,19	371.100,54
TOTAL	13	134.492.458,26	125.165.504,86

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

119.281.114,36

82.093.288,74

ANÁLISES DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

CONCEITO

Demonstrativo Contábil que evidencia as alterações ocorridas no patrimônio desta Corte durante o presente exercício financeiro, resultante ou independente da execução orçamentária.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO DVP

▪ TAXAS

Referem-se às custas judiciais de interposição de recursos no STJ e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. Apesar destes valores sensibilizarem a conta SIAFI “Taxa pela Prestação de Serviços” deste Órgão, os referidos recursos financeiros são creditados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira.

▪ EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A maioria dos saldos deste grupo está relacionada com a arrecadação de receitas de serviços administrativos e cessão de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos entre outros).

▪ TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Saldos em sua maioria relacionados com as cotas recebidas e disponibilizadas pela STN nas fontes 0100, 0153, 0156 e 0169.

▪ OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Grupo relacionado com indenizações e restituições no qual o pagamento de ajuda de custos e auxílio moradia compõem a quase totalidade de seu saldo.

▪ RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, dentro da lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que está em consonância com a contabilidade aplicada ao setor público. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o STJ, implicando em saída de recursos, em redução de ativos ou na assunção de obrigações, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, também permitido na contabilidade aplicada ao setor público. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit ou Déficit do Exercício no Balanço Patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 12 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	JAN20	JAN19	AH (%)
(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	R\$ 253.773.572,62	R\$ 207.258.793,60	22,4%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 2.534.536,93	R\$ 1.928.179,87	31,45%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 109.437,47	R\$ 314.990,43	-65,26%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	R\$ 5,55	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 241.779.996,76	R\$ 204.581.725,47	18,18%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	R\$ 9.000.763,83	R\$ 174.273,58	5064,73%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 348.837,63	R\$ 259.618,70	34,37%

A variação expressiva observada na conta “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos” 5.064,73% decorreu da avaliação dos bens imóveis do STJ, ocorrido em janeiro deste exercício, conforme detalhado na ‘Nota 04’. Registre-se que em 2019, a referida avaliação ocorreu no mês de fevereiro

NOTA 13 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	JAN20	JAN19	AH (%)
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	R\$ 134.492.458,26	R\$ 125.165.504,86	7,5%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 81.538.558,49	R\$ 82.573.560,89	-1,25%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 31.842.641,75	R\$ 30.647.621,55	3,90%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 12.581.641,89	R\$ 3.910.115,72	221,77%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 8.161.811,89	R\$ 7.530.635,01	8,38%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	R\$ 43.657,38	R\$ 128.113,64	-65,92%
Tributárias	R\$ 2.327,67	R\$ 4.357,51	-46,58%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 321.819,19	R\$ 371.100,54	-13,28%

A variação de 221,77% apresentada na linha “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” é justificada por pagamentos efetuados neste mês de janeiro de 2020, não ocorrido na mesma proporção em janeiro do exercício anterior, sensibilizando a VPD 33231.01.00 (Serviços Técnicos Profissionais).

Balanço Orçamentário

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$

1 RECEITAS

DESCRIÇÃO	NE	PREV. INC.(a)	PREV. ATUALIZ.(b)	RECEITAS REALIZ.(c)	SALDO (d)=(c-b)
RECEITAS CORRENTES	14	1.273.448,00	1.273.448,00	1.835.688,71	562.240,71
RECEITAS TRIBUTÁRIAS		-	-	1.774.175,97	1.774.175,97
RECEITAS DE SERVIÇOS		78.789,00	78.789,00	875,25	-77.913,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.194.659,00	1.194.659,00	60.637,49	-1.134.021,51
SUTOTAL COM REFINANCIAMENTOS		1.273.448,00	1.273.448,00	1.835.688,71	562.240,71
DÉFICIT	15			1.250.514.472,69	1.250.514.472,69
TOTAL		1.273.448,00	1.273.448,00	1.252.350.161,40	1.251.076.713,40

2 DESPESAS

DESCRIÇÃO	NE	DOT. INICIAL	DOT. ATUALIZ.	DESP. EMP	DESP LIQ	DESP PAGAS	SD DA DOT.
DESP. CORRENTES		1.574.902.405,00	1.574.902.405,00	1.249.961.570,48	131.883.705,15	131.848.154,56	324.940.834,52
PES/ENC. SOCIAIS		1.235.285.514,00	1.235.285.514,00	1.014.250.772,72	128.430.132,76	128.430.132,76	221.034.741,28
OUT. DESP. CORRENTES		339.616.891,00	339.616.891,00	235.710.797,76	3.453.572,39	3.418.021,80	103.906.093,24
DESP. DE CAPITAL		49.095.401,00	49.095.401,00	2.388.590,92	-	-	46.706.810,08
RES. DE CONTING		1.726.016,00	1.726.016,00	-	-	-	1.726.016,00
TOTAL	16	1.625.723.822,00	1.625.723.822,00	1.252.350.161,40	131.883.705,15	131.848.154,56	373.373.660,60

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

R\$

1. NÃO PROCESSADOS

DESCRIÇÃO	NE	INSC EX.. ANT (A)	INSC 31.12.19 (B)	LIQUIDADOS (C)	PAGOS (D)	CANC. (E)	SALDO (F=A+B-D-E)
DESP. CORRENTES		2.502.011,23	39.646.837,54	16.949.652,81	15.596.623,11	278.631,78	26.273.593,88
PES/ENC. SOCIAIS		193.950,66	8.081.735,52	4.853.975,88	4.853.975,88	45.939,15	3.375.771,15
OUT. DESP. CORRENTES		2.308.060,57	31.565.102,02	12.095.676,93	10.742.647,23	232.692,63	22.897.822,73
DESP. DE CAPITAL		1.786.997,08	16.670.126,72	889.597,56	889.597,56	-	17.567.526,24
INVESTIMENTOS		1.786.997,08	16.670.126,72	889.597,56	889.597,56	-	17.567.526,24
TOTAL	17	4.289.008,31	56.316.964,26	17.839.250,37	16.486.220,67	278.631,78	43.841.120,12

2 PROCESSADO E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESCRIÇÃO	NE	INSC EM EX. ANTERIORES	INSCRIÇÃO EM 31.12.19	PAGOS	CANCELADOS	SALDOS
DESPESAS CORRENTES		2.680.529,15	1.840.389,69	1.124.598,16	-	3.396.320,68
OUTRAS DESP. CORRENTES		2.680.529,15	1.840.389,69	1.124.598,16	-	3.396.320,68
DESPESAS DE CAPITAL		80.774,79	2.295,33	-	-	83.070,12
INVESTIMENTOS		80.774,79	2.295,33	-	-	83.070,12
TOTAL	17	2.761.303,94	1.842.685,02	1.124.598,16	-	3.479.390,80

CONCEITOS

Demonstrativo contábil em que se confrontam, num dado momento, as receitas e despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com àquelas efetivamente realizadas. A partir desta comparação, é possível constatar a ocorrência de superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BO

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 14 – RECEITAS CORRENTES

As receitas realizadas, rotineiramente, superam as previsões de receitas atualizadas e isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, competência esta da Secretaria-Adjunta de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal SEAFI/SOF (Portaria nº 02, de 17 de fevereiro de 2017 – DOU – Seção 01 nº 37, terça-feira, 21 de fevereiro de 2017). A STN, após consulta desta Setorial, ratificou as referidas impropriedades, conforme se observa na mensagem (comunica SIAFI) 2017/1518536.

NOTA 15 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

As despesas empenhadas, tanto correntes quanto de capital, sempre serão superiores as receitas realizadas, uma vez que o STJ não gera receitas suficientes para custear suas atividades fins se enquadrando apenas como órgão executor do orçamento. Os créditos para custear suas despesas são previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA e os respectivos recursos financeiros são a ele repassados no decorrer do exercício.

NOTA 16 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A seguir é demonstrado a execução orçamentária da UO 11101 até o mês de março tendo como base a LOA 2020. No referido quadro estão incluídos dos destaques e excluídas as despesas de precatórios e RPVs, visto que nesse caso o orçamento pertence à UO 71103 - Ministério da Economia (UO 71103) apesar de ser executado pelo STJ.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2020							
TOTAL AUTORIZADO						R\$ 1.625.723.822,00	
				PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	SD EXEC %	
PROGRAMA							
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário				1.621.883.926,00	123.804.437,52	7,63%	
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais				49.211,00	3.896,25	7,92%	
0999 - Reserva de Contingência				3.790.685,00	-	0,00%	
FUNÇÃO							
02 – Judiciária				1.214.339.551,00	76.459.353,91	6,31%	
09 - Previdência Social				367.377.400,00	47.345.083,61	11,50%	
28 - Encargos Especiais				47.520,00	3.896,25	7,92%	
99 - Reserva de Contingência				62.986.991,00	-	0,00%	
SUBFUNÇÃO							
061 - Ação Judiciária				226.533.881,00	126.386,05	0,047%	
122 - Administração Geral				751.972.329,00	64.925.323,37	8,95%	
128 - Formação de Recursos Humanos				6.500.000,00	84.213,35	0,97%	
272 - Previdência do Regime Estatutário				367.377.400,00	47.345.083,61	11,50%	
301 - Atenção Básica				60.027.708,00	33.878,80	0,22%	
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador				38.895.457,00	3.126.587,85	8,07%	
846 - Outros Encargos Especiais				119.257.696,00	8.066.860,74	7,33%	
999 - Reserva de Contingência				62.986.991,00	-	0,0%	
GRUPO DE DESPESA							
1 - Pessoal e Encargos Sociais				1.235.285.514,00	120.273.337,40	9,74%	
3 - Outras Despesas				341.340.928,00	3.534.996,37	1,036%	
4 – Investimentos				49.097.380,00	-	0,00%	
9 - Reserva de Contingência				-	-	0,00%	
FONTE POR GRUPO DE DESPESA							
Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST	9 – RES	TOTAL	EXECUTADO	%
100	823.535.352,00	239.136.383,00	48.979.880,00	-	1.111.651.615,00	76.325.475,11	6,866%
127	-	40.835.673,00	-	-	40.835.673,00	-	0,00%
150	-	78.789,00	-	-	78.789,00	-	0,00%
151	-	60.095.424,00	117.500,00	-	60.212.924,00	137.775,05	0,229%
156	102.491.735,00	-	-	-	102.491.735,00	-	0,00%
169	309.258.427,00	-	-	-	309.258.427,00	47.345.083,61	15,31%
175	-	1.194.659,00	-	-	1.194.659,00	-	0,00%
TOTAL	1.235.285.514,00	341.340.928,00	49.097.380,00	-	1.625.723.822,00	123.808.333,77	7,616%

NOTA 17 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

O STJ, em atendimento ao princípio orçamentário da anualidade (Art. 2º da Lei 4.320/64) e às orientações do Acórdão TCU nº 2823/2015, executa monitoramento dos empenhos inscritos em restos a pagar, principalmente quando se trata de despesas obrigatórias. Dessa forma, as despesas de pessoal inscritas em RP serão utilizadas, em sua grande maioria, para liquidação e pagamento de despesas relacionadas ao mês de dezembro do exercício anterior e não deverão manter saldos após o final do exercício corrente, destacando que tais empenhos serão acompanhados por esta setorial contábil no decorrer do exercício corrente nos Processos STJ nº 38515/2019, 38651/2019 e 74/2020.

Balanço Financeiro

DOS INGRESSOS

DESCRIÇÃO	NE	2020 (R\$)	2019 (R\$)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		1.835.688,71	1.419.169,39
Vinculadas		1.839.233,80	1.421.898,73
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	-
Outros Recursos Vinc a Órgãos e Programas		1.839.233,80	1.421.898,73
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-3.545,09	-2.729,34
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		241.775.408,86	204.581.725,47
Resultantes da Execução Orçamentária		241.765.416,88	204.574.016,67
Cota Recebida		241.765.416,88	204.574.016,67
Repasse Recebido		-	-
Sub-repasse Recebido		-	-
Independentes da Execução Orçamentária		9.991,98	7.708,80
RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS		1.121.682.753,59	934.140.596,01
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		35.550,59	132.106,12
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		1.120.466.456,25	932.914.114,43
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		59.893,40	10.750,30
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.120.853,35	1.083.625,16
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		186.102.972,44	194.851.020,75
Caixa e Equivalentes de Caixa		186.102.972,44	194.851.020,75
TOTAL		1.551.396.823,60	1.334.992.511,62

DOS DISPÊNDIOS

DESCRIÇÃO	NE	2020 (R\$)	2019 (R\$)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		1.252.350.161,40	1.058.691.415,08
Ordinárias		864.346.710,51	912.862.353,08
Vinculadas		388.003.450,89	145.829.062,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		8.085.183,49	7.522.306,90
Resultantes da Execução Orçamentária		5.119.524,70	5.020.000,00
Repasse Concedido		18.693,50	20.000,00
Sub-repasse Concedido		5.100.831,20	5.000.000,00
Cota Devolvida		-	-
Independentes da Execução Orçamentária		2.965.658,79	2.502.306,90
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		17.669.759,56	7.922.144,20
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		1.124.598,16	2.099.226,55
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		16.486.220,67	5.812.167,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		58.940,73	10.750,30
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	18	273.291.719,15	260.856.645,44
Caixa e Equivalentes de Caixa		273.291.719,15	260.856.645,44
TOTAL		1.551.396.823,60	1.334.992.511,62

ANÁLISES DO BALANÇO FINANCEIRO – BF

CONCEITO

Demonstrativo contábil em que se confrontam num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias deste Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão se transferir para o exercício seguinte.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BF

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteram as disponibilidades do STJ.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 18 – SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE/CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo informado, no valor de R\$ 273.291.719,15, refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. Registre-se que o montante de recursos financeiros a serem recebidos em 2020 corresponderão ao total da dotação atualizada para este STJ, em consonância com a Lei Orçamentária Anual - LOA, adicionado a esse valor àquele referente à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar e ao saldo remanescente de recursos financeiros não utilizados e que serão diferidos no final do exercício.

Demonstração de Fluxo de Caixa

DESCRIÇÃO	NE	2020 (R\$)	2019 (R\$)
1.FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	N.E	88.078.344,27	67.140.547,30
INGRESSOS	19	244.791.844,32	207.095.270,32
Receitas Derivadas e Originárias		1.835.688,71	1.419.169,39
Receita Tributária		1.774.175,97	1.349.726,05
Receita de Serviços		875,25	8.196,45
Outras Receitas Derivadas e Originárias		60.637,49	61.246,89
Outros Ingressos das Operações		242.956.155,61	205.676.100,93
Ingressos Extraorçamentários		59.893,40	10.750,30
Transferências Financeiras Recebidas		241.775.408,86	204.581.725,47
Arrecadação de Outra Unidade		1.120.853,35	1.083.625,16
DESEMBOLSOS		-156.713.500,05	-139.954.723,02
Pessoal e Demais Despesas		-140.128.999,76	-123.193.171,98
Judiciário		-84.501.242,35	-77.287.270,73
Previdência Social		-47.587.999,43	-45.902.158,75
Encargos Especiais		-8.039.757,98	-3.742,50
Transferências Concedidas		-8.440.376,07	-9.228.493,84
Intragovernamentais		-	-
Outros Desembolsos das Operações		-8.144.124,22	-7.533.057,20
Dispêndios Extraorçamentários		-58.940,73	-10.750,30
Transferências Financeiras Concedidas		-8.085.183,49	-7.522.306,90
2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-889.597,56	-1.134.922,61
DESEMBOLSOS		-889.597,56	-1.134.922,61
Aquisição de Ativo Não Circulante		-809.597,56	-1.066.628,31
Outros Desembolsos de Investimentos		-80.000,00	-68.294,30
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		87.188.746,71	66.005.624,69
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		186.102.972,44	194.851.020,75
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		273.291.719,15	260.856.645,44

ANÁLISES DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – DFC

CONCEITO

Este demonstrativo indica quais foram as saídas e as entradas de recursos em espécie no caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período, e indica também o resultado desses fluxos.

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 19 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

As receitas derivadas e originárias registradas nesta linha dizem estão relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito deste Tribunal quando do ingresso de recursos originários e/ou recursal no STJ (Lei 11.636/2007). Já o saldo informado na linha “Outros Ingressos das Operações” representa as cotas recebidas no exercício para custear a execução orçamentária deste Órgão.

ANEXOS

ANEXO I
RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	JANEIRO/2020	%
0100 – Recursos Ordinários	R\$ 238.554.009,91	87,6259%
0127 – Custas e Emolumentos (Poder Judiciário)	R\$ 936.928,17	0,3442%
0150 – Recursos não Financ. Diretamente Arrecadados	R\$ 5.345.205,83	1,9634%
0151 - Recursos Livres da Seguridade Social	R\$ 16.867.692,16	6,1959%
0153 - Rec Dest. Às Atividades-Fins Seguridade Social	R\$ -	0,0000%
0169 - Contrib. Patronal P/ Plano Segurid. Soc. Serv.	R\$ 5.678.370,69	2,0858%
0175 – Taxas por Serviços Públicos	R\$ 4.013.910,15	1,4744%
0190 - Recursos Diversos	R\$ 952,67	0,0003%
0350 - Rec não Financ. Diret. Arrecadados (Exerc. Ant.)	R\$ 740.800,90	0,2721%
0375 - Taxas por Serviços Públicos (Exerc. Ant.)	R\$ 103.484,57	0,0380%
TOTAL	R\$ 272.241.355,05	100,000%

ANEXO II

RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO – RMA - 2019/2020

MOVIMENTAÇÃO ATÉ JANEIRO DE 2020 (R\$)				DEZ/2019 (R\$)	%
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	VAR 2020/2019
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	76.348,61	76.348,61	519,48	519,48	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	1.393,00	1.393,00	-	-	-
Gêneros de Alimentação	43.046,37	53.766,37	115.440,00	126.160,00	-8,50%
Material Farmacológico	-	-	-	-	-
Material Odontológico	-	85,28	5.500,62	5.585,90	-1,53%
Material Químico	-	-	4.914,00	4.914,00	0,00%
Material Educativo e Esportivo	-	-	-	-	-
Material para Festividades e Homenagens	-	-	105,50	105,50	0,00%
Material para Expediente	4.568,38	9.303,71	323.642,77	328.378,10	-1,44%
Material de Processamento Dados	-	1.655,63	394.458,09	396.113,72	-0,42%
Material de Acondicionamento e Embalagem	-	568,11	33.087,49	33.655,60	-1,69%
Material de Cama, Mesa e Banho	-	-	-	-	-
Material de Copa e Cozinha	2.642,13	3.696,37	28.034,50	29.088,74	-3,62%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	32.528,25	23.278,44	244.746,36	235.496,55	3,93%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	-	-	2.448,79	2.448,79	0,00%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	118.969,72	120.142,31	448.177,45	449.350,04	-0,26%
Material para Manutenção de Bens Móveis	400,46	4.355,11	122.298,07	126.252,72	-3,13%
Material Elétrico e Eletrônico	728.962,00	371.769,51	1.228.688,10	871.495,61	40,99%
Material de Proteção e Segurança	11.600,00	11.613,10	3.163,85	3.176,95	-0,41%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	-	-	1.637,07	1.637,07	0,00%
Material para Comunicações	-	9.366,00	1.097.147,05	1.106.513,05	-0,85%
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	-	-	-	-	-
Material Hospitalar	3.225,25	4.091,62	39.756,92	40.623,29	-2,13%
Material para Manutenção de Veículos	3.574,22	3.574,22	48.127,98	48.127,98	0,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	-	-	7.155,33	7.155,33	0,00%
Ferramentas	-	116,84	9.942,13	10.058,97	-1,16%
Material p/ Reabilitação Profissional	-	-	-	-	-
Material de Sinalização Visual e Outros	1.070,40	1.070,40	505,68	505,68	0,00%
Material Bibliográfico	10.702,82	10.702,82	-	-	-
Bandeiras, Flamulas e Insígnias	-	-	-	-	-
Outros Materiais de Consumo	1.112,00	1.112,00	1.885,18	1.885,18	0,00%
TOTAL	1.040.143,61	708.009,45	4.161.382,41	3.829.248,25	8,67%

ANEXO III RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB - 2020/2019

MOVIMENTAÇÃO ATÉ JANEIRO DE 2020 (R\$)				DEZ/19 (R\$)	VAR(%)20/19
DESCRIÇÃO	ENTR/REAVÁL	SAÍDAS/BX DEPR/RED VALOR RECUP.	A SALDO FINAL	SALDO FINAL	%
Aeronave	-	-	7.380,00	7.380,00	0,00%
Aparelhos Medição e Orientação	-	263,52	56.672,63	56.936,15	-0,46%
Aparelhos e Equip. de Comunicação	-	3.152,58	1.479.861,93	1.483.014,51	-0,21%
Aparelhos Médicos e Odontológicos	-	248,48	475.230,72	475.479,20	-0,05%
Aparelhos Esportes e Diversão	-	-	5.114,90	5.114,90	0,00%
Aparelhos Domésticos	-	2.502,01	800.313,13	802.815,14	-0,31%
Armamentos	-	-	209.424,61	209.424,61	0,00%
Coleção e Materiais Bibliográficos	-	-	1.144.845,46	1.144.845,46	0,00%
Equipamentos de Segurança	1.244,00	12,20	3.566.660,66	3.565.428,86	0,03%
Equipamentos Energéticos	-	79,56	688.071,10	688.150,66	-0,01%
Equipamentos Gráficos	-	-	58.828,05	58.828,05	0,00%
Equipamentos de Áudio e Vídeo	-	23.743,48	3.850.138,07	3.873.881,55	-0,61%
Máquinas, Aparelhos e Eq. Diversos	-	-	38.208,62	38.208,62	0,00%
Material TIC	51.600,00	28.448,90	32.632.921,54	32.609.770,44	0,07%
Máquinas de escritório	-	3.792,52	161.725,20	165.517,72	-2,29%
Ativos de rede	-	-	3.201.447,40	3.201.447,40	0,00%
Máquinas de oficina	-	7.052,27	102.090,30	109.142,57	-6,46%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	-	-	1.167.724,39	1.167.724,39	0,00%
Computadores	-	-	299.013,88	299.013,88	0,00%
Mobiliário em Geral	32.277,44	12.868,65	6.442.773,70	6.423.364,91	0,30%
Servidores (Storage)	-	-	5.104.248,55	5.104.248,55	0,00%
Obras de Arte	-	-	398.162,09	398.162,09	0,00%
Impressoras	-	-	27.685,00	27.685,00	0,00%
Veículos Diversos	-	297,27	239.616,24	239.913,51	-0,12%
Peça não Incorporadas ao Imóvel	-	-	2.850,00	2.850,00	0,00%
Veículos de Tração Mecânica	696.000,00	91.494,00	12.507.802,17	11.903.296,17	5,08%
Outros Materiais Permanentes	-	-	520,38	520,38	0,00%
TOTAL	781.121,44	173.955,44	74.669.330,72	74.062.164,72	0,82%

ANEXO IV DOS IMÓVEIS

IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	JANEIRO/2020
Sede do Superior Trib. de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	R\$ 240.683.474,91
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	R\$ 971.949,79
Residencial - SHIS QL 14 Conjunto 10 nº 06	9701050905009	R\$ 1.514.122,07
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	R\$ 1.155.413,94
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	R\$ 1.427.335,90
Terreno - SGON q. 4 Lt 6	9701232575004	R\$ 252.667,31
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	R\$ 63.213.977,19
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	R\$ 1.925.364,18

ANEXO V TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REGISTRADO	SALDO EXECUTADO	SALDO ATUAL A REPASSAR
688818	STJ-SF 01/2016 Sist. Gerenc. Biblioteca Senado	R\$ 80.000,00	R\$ 56.937,69	R\$ 4.368,81
688941	STF-STJ 05/2016 TV Justiça	R\$ 76.747,00	R\$ 27.813,71	R\$ 48.933,29
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	R\$ 1.140.000,00	R\$ 172.895,86	R\$ 967.104,14
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	R\$ 1.941.191,73	R\$ 126.501,67	R\$ 1.814.690,06

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A Seção de Conformidade e Orientação Contábil – SECOC, de acordo com o Manual de Organização do Superior Tribunal de Justiça/STJ, compõe a estrutura da Secretaria de Administração – SAD deste Tribunal que, conforme Capítulo X, item 10.4 exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do STJ.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis da UG 050001 – Secretaria do Superior Tribunal de Justiça.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI tendo como finalidade assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis da UG 050001 são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos desta Corte;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do Tribunal no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativas ao presente mês, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UG 050001 – Secretaria do Superior Tribunal de Justiça.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2020

Alanclei Barros
CRC –DF 016293/O-0